

Carta a um amigo e camarada sobre a situação no movimento comunista¹

Kurt Gossweiler

25 de Abril de 1969

Grünau, 25.4.69

Caro Erwin!

(...) A questão mais importante que colocas, diz respeito à existência de duas verdades, uma «*oficial*» para as massas e uma «*não oficial*» sussurrada aos «*iniciados*». Tu próprio dizes que é uma questão empolada; eu considero apenas que está mal colocada. O problema levantado – a questão correctamente formulada – não é de modo algum novo: Deve-se «*dizer a verdade*» sempre e em todo o lado, dizer *toda* a verdade e *todas* as verdades? E a resposta só pode ser uma: Não. Isso não seria a verdadeira verdade. Para nós, não se trata de um supermercado da *verdade*, mas sim da verdade de que necessitamos para a luta, para melhor reconhecer o seu objectivo, para poder avaliar correctamente a nossa força e a do inimigo, para aumentar o apoio à própria causa e o ódio contra o inimigo e à sua causa perversa. A política de informação é portanto obrigatoriamente também uma política de não informação.

Mas ainda mais importante é a outra perspectiva, nomeadamente, a de que cada informação é também uma informação para o adversário. E então surge uma situação de conflito: há informações de que precisamos (ou precisámos), mas que não podem chegar ao adversário. Quero dar um exemplo. Num artigo sobre a luta de Lénine contra os trotskistas a propósito da paz de Brest, a historiadora soviética Markova escreveu: «*Surgiu no partido uma situação difícil. (...) Só havia uma saída, uma última esperança – conduzir abertamente a luta pela paz, dirigir-se às massas. As massas compreendê-lo-iam e apoiá-lo-iam. Mas Lénine não queria e não podia expor perante os alemães a situação interna no partido. Expor nesse momento a falta de unidade nas fileiras do partido significava dar um trunfo aos imperialistas alemães contra o Estado soviético. Assim, Lénine foi obrigado a esperar. Confiou que a vida revelaria a posição errada dos inimigos da paz.*» (*Ciência Soviética*, 12/1959, p. 1302)

O exemplo é significativo sob dois aspectos: primeiro, mostra – e aí reside o seu significado principal – que podem existir situações em que as verdades necessárias não podem ser ditas às massas porque não devem chegar ao conhecimento dos inimigos. E foi Lénine – o mesmo Lénine que tu citaste, para quem a força do Estado depende de as

¹ Publicado pela primeira vez em *Contra o Revisionismo*, Kurt Gossweiler, Verlag zur Förderung der wissenschaftlichen Weltanschauung, Munique, 2ª ed., 2004, pp. 129-137.

massas poderem saber tudo e ajuizar sobre tudo – que «*silenciou a verdade*» às massas. E o exemplo é elucidativo porque representa uma forma indirecta de informar. Estou profundamente convencido de que Markova, ao descrever as circunstâncias de 1919, queria dar indicações sobre a situação do partido em 1959, a todos aqueles que reflectiam sobre a vida interna do PCUS e estavam preocupados com a falta de informação.

Afirmei que este é um problema «*normal*» e velho, inseparável da luta de classes. Mas desde meados dos anos 50 este problema apareceu numa forma nova, anormal, pervertida: Khruchov introduziu a desinformação e o engano conscientes no «*estilo de trabalho*» do PCUS, e com isso colocou todos os outros partidos perante o dilema de o seguirem ou o rejeitarem. Eis as mais importantes destas desinformações: em primeiro lugar, a reabilitação de Tito, um renegado, o chefe do revisionismo, e a sua transformação num exemplar discípulo leninista e lutador desde a primeira hora contra o culto da personalidade «*não leninista*». Em segundo lugar, a difamação de Stáline como um criminoso e tirano, um homem que havia estado à frente do PCUS desde a morte de Lénine; em terceiro lugar, a introdução de um novo princípio antileninista no relacionamento entre partidos comunistas, a chamada não ingerência, como alegado princípio leninista; em quarto lugar, a declaração da coexistência pacífica como «*linha geral*» da política externa dos estados socialistas, e de outras.

O que aconteceu colocou todos os partidos comunistas perante uma situação que não estava prevista em nenhum manual de marxismo-leninismo, em nenhum clássico, e que cada um teve de resolver (ou não). Não quero enumerar as consequências, mas apenas dizer que aqui se encontram as raízes da situação inconcebível que se verifica no campo socialista e no movimento comunista internacional.

Vejamos um único aspecto. O princípio da chamada «*não ingerência*» – que é uma recusa do internacionalismo proletário e da auto-assunção dos partidos comunistas como membros de um movimento mundial homogéneo – teve como consequência que a política de cada partido comunista foi declarada «*do seu foro privado*», sobre a qual, na melhor das hipóteses, apenas tinha de dar satisfações à sua classe operária, e não mais ao proletariado e ao movimento mundiais. Por sorte, Khruchov não foi suficientemente forte para obrigar ao cumprimento deste princípio, caso contrário a Hungria seria hoje membro da NATO e a Checoslováquia já não seria um Estado socialista. No entanto, este princípio permite que alguém que tenha conseguido alcançar a direcção do partido possa afastar-se do leninismo quanto entender sem que nenhuma crítica estrangeira o atinja. Prova: a posição dos partidos comunistas (o nosso incluído) em relação a Dubcek,²

² **Dubček**, Alexander (1921-1992), filho de pai operário emigrado na URSS, foi no país dos soviets que recebeu a sua educação entre 1925 e 1938. De regresso à Eslováquia adere ao Partido Comunista em 1939. Mantém estreitas relações com a resistência durante a ocupação nazi e participa na insurreição nacional eslovaca no Outono de 1944. Torna-se funcionário do partido em 1949, assumindo vários cargos de direcção. Em 1955 regressa à URSS para frequentar durante três anos a Escola Superior do PCUS. Quando regressa, em 1958, é eleito primeiro secretário do partido no distrito de Bratislava, tornando-se primeiro secretário do partido eslovaco em 1963. Em 1968 torna-se primeiro secretário do CC do PC da Checoslováquia e inicia um conjunto de reformas para a restauração do capitalismo no país, que são travadas graças à intervenção das tropas do Tratado de Varsóvia, em 20 de Agosto desse ano. Apesar de derrotado, Dubcek é mantido como primeiro secretário do partido e presidente da Assembleia Federal da Checoslováquia até Abril de 1969, sendo então substituído por Gustav Husak. Em 1970 é finalmente expulso do partido e perde o mandato de deputado. Embaixador na Turquia (1969-70), trabalha como quadro dirigente no sector florestal até 1981, ano em que se reforma. Em 1989

depois da sua (inconcebível!) confirmação [na liderança do partido (*N. Ed.*)], após a entrada das Forças Armadas irmãs. Naturalmente que este princípio também não é aplicado conseqüentemente. Mas desde que o desvio se limite à política interna e não seja seguido de ataques a outros partidos, nós também nos abstermos de criticar. Quero sublinhar que não fomos nós, não foi o nosso partido que criou este famoso princípio. Tito inventou-o e Khruchov introduziu-o com carácter obrigatório no [nosso] campo. A consequência, no que diz respeito à verdade e à informação, é que só podemos caracterizar um comunista estrangeiro como antileninista enquanto não ocupar nenhum cargo no partido. Mas se estiver na direcção ou for secretário-geral, então, pela força do seu cargo, é um «*bom*» comunista, protegido pelo tabu da «*ingerência*», desde que não se «*imiscua*» nos assuntos dos outros. Nestas condições não podes esperar que a nossa direcção te informe amplamente sobre a situação nos outros partidos; não pode fazê-lo, mesmo que (e estou convencido disso) o quisesse muito. Só a abolição colectiva, numa nova conferência, deste monstruoso princípio antileninista poderá remediar alguma coisa. Mas a *próxima* não irá fazê-lo de certeza – há muitos que querem manter este princípio. Enquanto assim for, porém, os nossos camaradas dirigentes não podem criticar abertamente a política dos outros partidos fora de reuniões bilaterais ou multilaterais. E só imperfeitamente podem substituir a informação que não dispõem com normas, orientações, cuja compreensão e aplicação têm de deixar ao nosso critério. Quando a Direcção sublinha que o nosso caminho da agricultura colectiva corresponde às leis gerais e exigências da construção do socialismo, está a fazer uma crítica, afirmando implicitamente de que aqueles que procedem de outra maneira não seguem uma política leninista.

Naturalmente que este género de «*informação*» é muito complicado e insatisfatório. Também é absolutamente anormal. Mas não somos nós, quer dizer, a direcção do nosso partido, os responsáveis pelas condições que tornaram esta anomalia numa regra. A direcção é tão vítima como qualquer outro membro do nosso partido, uma vez que qualquer perturbação na comunicação entre a direcção e as massas prejudica todo o partido, de baixo a cima. Pelo meu lado, acho que dificilmente outra Direcção terá feito mais para permitir que os membros penetrem da aparência para a essência, seja através de informações internas, seja através da publicação do *Boletim do Movimento Operário Internacional* (infelizmente foi suspenso sem um substituto à altura).

Portanto, a primeira coisa a fazer para não se dirigir críticas injustas na direcção errada é, a meu ver, tomar consciência de que foram criadas e fixadas condições, desde há mais de uma década, que não têm nada a ver com os princípios do leninismo nas relações entre os partidos comunistas. Para se constatar isso não são necessárias informações especiais, mas basta a simples aferição dos «*novos*» princípios à luz dos experimentados princípios de Marx e de Lénine, que tivemos oportunidade de aprender profundamente. Continuo a dizê-lo com profundo agradecimento: Foi a escola staliniana que me permitiu, nos tempos da mais cerrada cortina de fumo ideológica, não perder a perspectiva clara, distinguir a verdade da mentira, e que hoje me poupa, pela segunda vez, de mudar de orientação. Primeiro de «*stalinista*» em «*devorador de Stáline*» (ou khruchoviano) e agora e no futuro de novo antikhruchoviano. Isto não é um auto-elogio, nem uma acusação contra ninguém, mas sim uma forma de sublinhar o enorme valor teórico da formação que recebemos nesses supostos tempos medonhos do «*culto da personalidade*».

participa activamente na contra-revolução e consegue de novo o lugar de presidente da Assembleia Federal que ocupa até à morte em 1992. (*N. Ed.*)

Iniciei a minha observação crítica em 1955, quando Khruchov declarou subitamente que todas as acusações contra Tito eram invenções de Béria. Como? Então era uma invenção que os EUA vendiam armas à Jugoslávia com base num acordo? Era uma invenção que a Jugoslávia pertencia ao pacto imperialista dos Balcãs? Era uma invenção que Tito derramava desde há anos torrentes de calúnias imundas sobre a URSS? Que os imperialistas tinham por ele muita estima, o acarinhavam e alimentavam com caldinhos e leite: «*De um comunista assim gostamos, até podíamos ser todos titistas!*» Teriam sido invenções? Não, eram factos, factos que eu próprio tinha vivido, e ninguém, ninguém, nem mesmo o sucessor de Lénine e de Stáline, podia levar-me a aceitar a transformação de factos em invenções, simplesmente porque assim o decidia. Mas naturalmente surgiu logo a questão: Porque o faz? Isto é admissível? A tática pode ir tão longe ao ponto de transformar um inimigo e cúmplice dos imperialistas num amigo e camarada? Passou algum tempo até poder dar resposta a estas questões, e foi ainda necessário outras experiências, principalmente os trágicos acontecimentos na Hungria que, tenho disto a certeza, nunca teriam sido possíveis sem aquele certificado de inocência a Tito.

Não me quero alargar nas conclusões a que cheguei, basta o seguinte. Para mim a questão da falta de informação não foi decisiva, mas sim a convicção de que os factos são mais importantes do que qualquer afirmação, independentemente de quem a profira. A autoridade máxima são os factos, e só aqueles que os respeitam são dignos de confiança. São suspeitos aqueles que manipulam os factos ou que procuram até invertê-los, bem como aqueles que hoje apresentam uma verdade, amanhã outra e depois de amanhã de novo a primeira. E quando nos apercebemos de que algo não é muito seguro, procuramos informação. Naturalmente, é preciso todo o material possível para se poder formar uma imagem fidedigna.

Mas o que deve fazer quem não consegue obter essa informação? Como se poderá saber quem é e quem não é um verdadeiro marxista-leninista? Há tantos que o afirmam ser e se acusam mutuamente de desvios ao marxismo-leninismo...

Naturalmente, existem critérios objectivos. Mas tem de se dar atenção a vários, um só não é suficiente. Pensemos, por exemplo, nos estados socialistas europeus. Não é nenhum segredo que o entendimento do marxismo-leninismo na política interna e externa é muito diferente. Quer dizer, hoje em dia apresentam-se coisas diferentes sob a capa do marxismo-leninismo. Qual é o anel verdadeiro? A parábola de Lessing,³ naturalmente, não nos pode ajudar a encontrar a verdade...

Cheguei à seguinte conclusão: da mesma forma que, para mim, é indiscutível que a União Soviética é o centro e a força dirigente do campo socialista, também, hoje em dia,

³ O escritor alemão Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781) incluiu a «História dos Três Anéis» no seu poema dramático *Nathan der Weise* («Natã, o sábio»), escrito em 1779. O conto, que circulava desde a Idade Média entre os judeus de Espanha e aparece no *Decameron*, de Boccaccio (1313-1375), fala de homem muito rico, que possuía um anel que tinha o condão de tornar feliz e querido por Deus e pelos homens aquele que o usasse. O precioso anel transitou ao longo de muitas gerações, sempre herdado pelo filho predilecto. Porém, houve um pai que não conseguiu escolher entre três filhos igualmente queridos e optou por mandar fazer duas cópias do original, entregando assim um exemplar a cada filho. Naturalmente, quando os três se encontraram frente a frente, cada um com o seu anel, aperceberam-se do logro e desencadearam uma guerra entre si. Passados anos, a questão veio a ser dirimida por um juiz que exortou os herdeiros a procurarem ser amados pelos seus semelhantes, e quem tivesse mais êxito nessa tarefa seria reconhecido como o detentor do anel verdadeiro. (*N. Ed.*)

já não é suficiente a fórmula de que a atitude para com a União Soviética é o critério da autenticidade e da fiabilidade de um comunista. Um antigo «*comunista-nacional*» de um Estado do Pacto de Varsóvia que jura a sua fidelidade inabalável à União Soviética é e será para mim muito menos merecedor de confiança do que um Luigi Longo⁴ ou um Waldeck-Rochet,⁵ apesar de ambos terem assumido uma posição tão errada perante o 21 de Agosto de 1968. Hoje em dia, o critério mais seguro, talvez mesmo o único critério seguro, é a posição de um partido em relação ao inimigo de classe e seus agentes no respectivo país. *Em segundo lugar*, a posição em relação ao *polícia mundial*, o imperialismo dos EUA, e *em terceiro lugar* a sua posição em relação ao Estado de Bona, defensor do imperialismo dos EUA no continente europeu. Não se trata, em primeiro lugar, de relações diplomáticas oficiais – nesse caso a União Soviética seria o país menos digno de confiança, já que tem há muito relações diplomáticas quer com os EUA, quer com a Alemanha Ocidental – mas sim da intensidade e seriedade da luta contra a política americana e alemã ocidental.

Qualquer que seja o critério que utilizemos, é certo que a União Soviética, desde a deposição de Khruchov, a Bulgária e a RDA passam qualquer exame com distinção. A sua autenticidade está fora de questão. Nós, comunistas alemães, encontramos-nos na feliz situação, que comunistas de alguns partidos podem invejar e invejam, de possuir uma direcção em quem podemos confiar completamente.

Vejamos agora o mesmo problema (como nos podemos orientar hoje em dia?) num outro exemplo. Desde há semanas, a nossa imprensa está cheia de apreciações e destaques da importância do Apelo de Budapeste dos Estados do Pacto de Varsóvia. Não sei se leste com atenção este apelo. Mas se o estudares profundamente e lhe aplicares a sonda dos teus conhecimentos marxistas, então não poderás chegar a nenhuma avaliação positiva sobre o nível teórico deste apelo. Ele transborda de formulações que qualquer reformista e revisionista podia assinar sem problemas e sente-se a falta de uma análise de classe da situação. Fala-se anonimamente de «*forças na Europa*», cujas «*intrigas*» são origem de tensões; constata-se que nenhum governo europeu se pronunciou contra a

⁴ **Longo**, Luigi (1900-1980), membro do Partido Comunista Italiano desde a sua fundação em 1921, dirigente da juventude comunista (1921-1928), é eleito para o CC em 1926 e torna-se membro do Comité Executivo da Internacional das Juventudes Comunistas em 1928. Depois da derrota da República espanhola, instala-se em França, onde vem a ser preso e internado num campo de concentração em 1941. Transferido para Itália, permanece na prisão até ao derrubamento de Mussolini em 1943. Após a guerra é eleito deputado em sucessivas legislaturas, tornando-se secretário-geral do PCI (1964-72), na sequência da morte de Palmiro Togliatti. Manteve a linha da «via italiana para o socialismo», demarcando-se crescentemente da URSS. Em 1968 condenou a intervenção das tropas do Tratado de Varsóvia na Checoslováquia e abriu o partido aos movimentos da «nova esquerda». Em 1972 demite-se por razões de saúde e apoia a eleição de Enrico Berlinguer, seu colaborador próximo, para a liderança do partido. (N. Ed.)

⁵ **Waldeck** Rochet (1905-1983), militante das juventudes comunistas em 1923, adere ao Partido Comunista Francês em 1924. Frequenta a escola do partido em Moscovo em 1931, entra para o CC em 1936 e torna-se deputado entre 1936 e 1940. Detido e internado após a invasão nazi, recupera a liberdade em 1943. Membro do *Bureau* Político a partir de 1945, deputado até 1973, secretário-geral adjunto em 1961, sucede a Maurice Thorez no cargo de secretário-geral (1964-72). Apoia a candidatura presidencial de François Mitterrand em 1965 e condena a intervenção das tropas do Tratado de Varsóvia na Checoslováquia em 1968. Mentor do programa comum de governo com os socialistas, lança, em Dezembro de 1968, o Manifesto de Champigny para uma Democracia Avançada, no qual define as condições para a passagem da França ao socialismo pela via pacífica e democrática. (N. Ed.)

ideia de uma conferência conjunta europeia e daqui conclui-se que existem possibilidades reais para a sua realização. Além disso, diz-se que uma tal conferência corresponderia aos interesses de todos os estados europeus (sublinhe-se estados, não povos!). Cria-se uma imagem colossal dos belos projectos que podem ser iniciados em harmonioso trabalho conjunto de todos os estados europeus, como se tudo dependesse de um pouco de boa vontade de todos os lados. E depois afirma-se: «*É precisamente esta causa comum que pode e deve tornar-se o fundamento da segurança europeia*».

Resumindo, não se trata de um apelo aos povos, a única força que está verdadeiramente interessada na paz e que por isso é capaz de a conquistar, mas sim aos governos imperialistas, cujo objectivo inalterável, como todos sabemos, é a reconquista do poder perdido na Europa de Leste. Enquanto a Europa estiver dividida numa parte imperialista e noutra parte socialista, um sistema de segurança europeu de *todos* os estados europeus é uma ilusão, uma quimera reformista, que não é preciso demonstrar a nenhum marxista. Concebível seria, no máximo, uma coligação de estados socialistas e imperialistas contra um potencial ou actual agressor comum. Mas tal não se avista nos tempos mais próximos. Portanto, quando o apelo sugere a ideia de que, a curto prazo, será possível realizar uma conferência de segurança europeia e criar um sistema de segurança europeu, então tem de ser claro para cada marxista que isto tem tão pouco a ver com a realidade como a ideia de que basta negociar o tempo suficiente para se alcançar um desarmamento geral. É um sonho insensato considerar possível o desarmamento na fase final do conflito entre imperialismo e socialismo. (Mas foi Khruchov que fez passar por leninismo este insensato sonho do «*mundo sem armas*», ainda durante a existência do imperialismo.)

Estas constatações não querem naturalmente significar que *a luta* por um sistema europeu de segurança e pelo desarmamento também é um sonho insensato. Muito pelo contrário.

Como então se pode explicar um apelo como o de Budapeste e a sua incessante propaganda? Há diferentes respostas.

A primeira: Os signatários deste Apelo resvalaram todos para o pântano do revisionismo. (Esta é a resposta chinesa-albanesa, que é um disparate que não necessita de mais nenhuma prova.)

A segunda: O Apelo serve para introduzir novos conceitos nas massas; aproveita ilusões existentes para através delas conduzir as massas a novas experiências de luta.

Contudo resta a questão: tinha de o fazer desta forma, propagando ele próprio ilusões? Penso que não. No entanto, se isso foi feito, surge uma terceira resposta, uma combinação da primeira com a segunda: o sentido do Apelo de Budapeste consiste em primeiro lugar em apontar um objectivo de luta para os povos dos países capitalistas. Porém, os representantes de algumas delegações (pelo menos a da República da Checoslováquia) pressionam para que, em nome da «*unidade*», se utilize formulações teoricamente insustentáveis mas aceites por outros. O Apelo seria, assim, uma fórmula de compromisso. Esta parece-me ser a resposta correcta. Vejo assim o Apelo enquanto documento que orienta as massas a lutar contra os que combatem a criação de um sistema europeu de segurança. Mas estou insatisfeito com este documento porque, em vez de mobilizar, pode suscitar esperanças ilusórias de que os governos, no decurso das negociações, seriam capazes de encontrar caminhos para a segurança europeia. Pelo contrário, é preciso denunciar às massas os inimigos da segurança com nome e número de porta, e chamá-las à luta. O Apelo não o faz, por isso não é um documento muito bom. Respira demasiado o espírito de Khruchov!...